



SECRETARIADO

CIRCULAR 2/2024, DE 20 DE DEZEMBRO

(Assinatura do Acordo de Cooperação entre a CJCPLP e a CJCA)

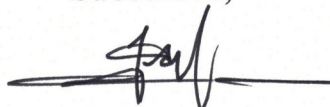
Informa-se que, no passado dia 1 de novembro, foi assinado o acordo de cooperação entre a CJCPLP e a CJCA, em cerimónia realizada em Victoria Falls, Zimbabué. O ato contou com a presença do Venerando Juiz Presidente José Pina Delgado, enquanto Presidente *Pro Tempore*, da Veneranda Presidente do Tribunal Constitucional de Angola Laurinda Cardoso e do Venerando Juiz Conselheiro do Conselho Constitucional de Moçambique Domingos Cintura, enquanto testemunhas.

Informa-se ainda que as preocupações levantadas por alguns membros, relativamente à natureza do acordo e à reserva quanto à assunção de compromissos financeiros, foram devidamente salvaguardadas, em reunião de negociação realizada dois dias antes entre a Presidente da CJCPLP e o Secretário-Geral da CJCA, com a inserção de dois números adicionais no artigo 4º da versão original.

Segue em anexo cópias das várias versões do acordo.

Praia, 20 de dezembro de 2024.

Subscreve,


João Borges

***Conferência das Jurisdições
Constitucionais Africanas***

(CJCA)



***Conferência das Jurisdições
Constitucionais dos Países de Língua
Portuguesa.***

(CJCPLP)



"ACORDO DE COOPERAÇÃO"

Entra

Conferência das Jurisdições Constitucionais Africanas

E AINDA

***Conferência das Jurisdições Constitucionais dos Países de
Língua Portuguesa***

PREÂMBULO

A Conferência das Jurisdições Constitucionais Africanas (CJCA) e a Conferência das Jurisdições Constitucionais dos Países de Língua Portuguesa (CJCPLP)

- Como organizações regionais e linguísticas especializadas em justiça constitucional;
- Considerando as relações históricas e diferenciadas entre os seus Estados-Membros, estando ligados, em particular, pelo seu apego à liberdade e à construção do Estado de direito;
- Ao passo que as duas organizações convergem, na medida em que são integradas por tribunais que fazem simultaneamente parte das áreas regional e linguística.
- Tendo em conta os princípios, valores e objetivos constantes dos estatutos específicos de cada organização;
- Tendo em comum o objetivo de acompanhar a evolução da justiça constitucional, a nível regional, linguístico e global;
- Considerando a importância da justiça constitucional na construção do Estado de direito, na consolidação da democracia, na boa governação e na proteção dos direitos humanos;
- Conscientes da importância da cooperação, da partilha de experiências no domínio da justiça constitucional, do reforço dos laços de amizade entre os tribunais constitucionais e os conselhos dos Estados-Membros, com vista ao aprofundamento do conceito de constitucionalidade, nomeadamente para a proteção dos direitos e liberdades públicas e o enriquecimento do conhecimento constitucional;

ACORDARAM NO SEGUINTE:

Artigo 1.o:

O presente Acordo tem por objetivo definir um quadro de consulta, cooperação e coordenação entre a *Conferência das Jurisdições Constitucionais Africanas* e a *Conferência das Jurisdições Constitucionais dos Países de Língua Portuguesa*, adiante designadas "**Partes**".

2. Apesar da terminologia utilizada ao longo do texto, este acordo não cria direitos e obrigações jurídicos para os seus signatários.

3. Qualquer encargo financeiro que decorra da execução deste acordo deve ser negociado pelos signatários.

Artigo 2.o:

A cooperação entre as duas partes centra-se nos seguintes domínios:

- Incentivar a colaboração entre as instituições de justiça constitucional dos Estados-Membros das duas organizações através da partilha de conhecimentos, experiências, documentação e informação;
- Desenvolvimento de pesquisas e estudos jurídicos relacionados à revisão constitucional, em particular aqueles relacionados aos direitos humanos e ao estabelecimento do Estado de Direito;
- Organização conjunta de eventos científicos sobre temas mutuamente acordados;
- Convites recíprocos para assistir ou participar nos trabalhos do congresso e reuniões científicas.

As duas partes podem acordar noutros domínios de cooperação.

Artigo 3.o:

Ambas as partes acordam em proceder a consultas sobre questões de interesse comum debatidas nos contextos regional, linguístico e mundial da justiça constitucional.

Artigo 4.o:

- O presente Acordo entrará em vigor a partir da data da sua assinatura por ambas as partes e deixará de ser válido três meses após a sua cessação por escrito por qualquer das partes;
- O presente Acordo pode ser alterado de comum acordo por ambas as Partes;
- Em caso de denúncia do acordo, as ações de cooperação já empreendidas prosseguirão até à sua conclusão.

Em fé do que, os representantes de ambas as partes assinaram o presente Acordo em 1 de novembro de 2024, em Victoria Falls-Zimbabwe, em duplicado nas línguas inglesa, árabe, francesa e portuguesa, fazendo igualmente fé cada uma das suas contrapartes.



S.E. Lucas MALABA
Presidente do Supremo Tribunal do
Zimbabué

S.E. JOSÉ MANUEL AVELINO
POR PINA DELGADO
Presidente do Tribunal Constitucional de
Cabo Verde

Presidente
da Conferência das Jurisdições
Constitucionais Africanas



Presidente
da Conferência das Jurisdições
Constitucionais dos Países de Língua
Portuguesa

**Conférence des Juridictions
Constitutionnelles Africaines**

(CJCA)



**Conférence des Juridictions
Constitutionnelles des Pays Lusophones.**

(CJCPLP)



PROJET

« ACCORD DE COOPÉRATION »

Entre

Conférence des Juridictions Constitutionnelles Africaines

ET

***Conférence des Juridictions Constitutionnelles des Pays de
Langue Portugaise***

PRÉAMBULE

La Conférence des Juridictions Constitutionnelles Africaines (CJCA) et la Conférence des Juridictions Constitutionnelles des Pays de Langue Portugaise (CJCPLP)

- En tant qu'organisations régionales et linguistiques spécialisées dans la justice constitutionnelle ;
- Considérant les relations historiques et différenciées entre ses États membres, et étant liés, en particulier, par leur attachement à la liberté et à la construction de l'État de droit ;
- Attendu que les deux organisations convergent, dans la mesure où elles sont intégrées par des juridictions qui font simultanément partie des deux espaces, régional et linguistique.
- Tenant compte des principes, valeurs et objectifs contenus dans les statuts spécifiques de chaque organisation ;
- Ayant en commun l'objectif de suivre l'évolution de la justice constitutionnelle, au niveau régional, linguistique et mondial ;
- Considérant l'importance de la justice constitutionnelle dans l'édification de l'État de droit, la consolidation de la démocratie, la bonne gouvernance et la protection des droits de l'homme ;
- Conscients de l'importance de la coopération, du partage d'expériences dans le domaine de la justice constitutionnelle, du renforcement des liens d'amitié entre les cours et les conseils constitutionnels des États membres, en vue d'approfondir la notion de constitutionnalité, notamment pour la protection des droits et libertés publics et l'enrichissement des connaissances constitutionnelles ;

SONT CONVENUES DE CE QUI SUIT :

Article 1 :

1. Le présent Accord a pour objet de définir un cadre de consultation, de coopération et de coordination entre *la Conférence des Juridictions Constitutionnelles Africaines* et la *Conférence des Juridictions Constitutionnelles des Pays de Langue Portugaise*, ci-après dénommées « **Parties** ».

2. Malgré la terminologie utilisée tout au long du texte, cet accord ne crée pas de droits ni d'obligations légales pour les signataires.

3. Toute contribution financière nécessaire à l'exécution de l'accord sera négociée par les signataires.

Article 2 :

La coopération entre les deux parties se concentre dans les domaines suivants :

- Encourager la collaboration entre les institutions de justice constitutionnelle des États membres des deux organisations par le partage de connaissances, d'expériences, de documentation et d'informations ;
- Développement de recherches et d'études juridiques liées au contrôle de constitutionnalité, en particulier celles liées aux droits de l'homme et à l'établissement de l'État de droit ;
- Organisation conjointe d'événements scientifiques sur des thèmes choisis d'un commun accord ;
- Invitations réciproques à assister ou à participer aux travaux du congrès et de réunions scientifiques.

Les deux parties peuvent convenir d'autres domaines de coopération.

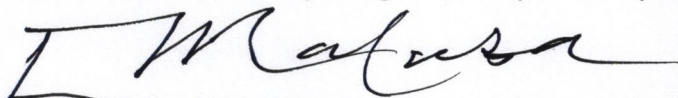
Article 3 :

Les deux parties conviennent de tenir des consultations sur les questions d'intérêt commun discutées dans les contextes régionaux, linguistiques et mondiaux de la justice constitutionnelle.

Article 4 :

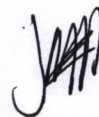
- Le présent accord entre en vigueur à compter de la date de sa signature par les deux parties et cesse d'être valable trois mois après sa résiliation écrite par l'une ou l'autre des parties ;
- Le présent Accord peut être modifié d'un commun accord par les deux Parties ;
- En cas de résiliation de l'accord, les actions de coopération déjà entreprises se poursuivent jusqu'à leur achèvement.

En foi de quoi, les représentants des deux parties ont signé le présent Accord le : 1^{er} Novembre 2024 à Victoria-Falls, Zimbabwe, en double exemplaire en langues anglaise, arabe, française et portugaise, chaque exemplaire faisant également foi.



S.E Mr. Luke MALABA

S.E Mr. JOSÉ DE PINA DELGADO



Président
de la Conférence des Juridictions
Constitutionnelles Africaines

Président
de la Conférence des Juridictions
Constitutionnelles
des Pays de Langue Portugaise

***Conference of Constitutional
Jurisdictions of Africa***

(CJCA)



***Conference of Constitutional
Jurisdictions of the Portuguese-
speaking Countries***

(CJCPLP)



"COOPERATION AGREEMENT"

Come in

Conference of African Constitutional Jurisdictions

AND

***Conference of Constitutional Jurisdictions of the Portuguese-
speaking Countries***

PREAMBLE

The Conference of African Constitutional Jurisdictions (CJCA) and the Conference of Constitutional Jurisdictions of Portuguese-Speaking Countries (CJCPLP)

- As regional and linguistic organizations specializing in constitutional justice;
- Considering the historical and differentiated relations between its Member States, and being linked, in particular, by their attachment to freedom and the construction of the rule of law;
- Whereas the two organisations converge, insofar as they are integrated by courts that are simultaneously part of both the regional and linguistic areas.
- Taking into account the principles, values and objectives contained in the specific statutes of each organization;
- Having in common the objective of monitoring the evolution of constitutional justice, at the regional, linguistic and global levels;
- Considering the importance of constitutional justice in building the rule of law, consolidating democracy, good governance and protecting human rights;
- Aware of the importance of cooperation, the sharing of experiences in the field of constitutional justice, the strengthening of the bonds of friendship between the constitutional courts and councils of the Member States, with a view to deepening the concept of constitutionality, in particular for the protection of public rights and freedoms and the enrichment of constitutional knowledge;

HAVE AGREED AS FOLLOWS:

Article 1:

1. The purpose of this Agreement is to define a framework for consultation, cooperation and coordination between the *Conference of African Constitutional Jurisdictions* and the *Conference of Constitutional Jurisdictions of Portuguese-speaking Countries*, hereinafter referred to as "**Parties**".

2. Despite the terminology used throughout the text, this agreement does not create legal rights and legal obligations to the signatories.

3. Any financial contribution necessary to the execution of this agreement shall be negotiated by the signatories.

Article 2:

Cooperation between the two sides focuses on the following areas:

- To encourage collaboration between the institutions of constitutional justice of the Member States of the two organizations through the sharing of knowledge, experiences, documentation and information;
- Development of legal research and studies related to constitutional review, in particular those related to human rights and the establishment of the rule of law;
- Joint organization of scientific events on mutually agreed themes;
- Reciprocal invitations to attend or participate in the work of the congress and scientific meetings.

The two parties may agree on other areas of cooperation.

Article 3:

Both parties agree to hold consultations on issues of common interest discussed in the regional, linguistic and global contexts of constitutional justice.

Article 4:

- This Agreement shall enter into force from the date of its signature by both parties and shall cease to be valid three months after its written termination by either party;
- This Agreement may be amended by mutual agreement of both Parties;

- In the event of termination of the agreement, the cooperation actions already undertaken shall continue until their completion.

In witness whereof, the representatives of both Parties signed this Agreement on November 1st , 2024, in Victoria Falls-Zimbabwe, in duplicate in the Arabic, French, English and Portuguese languages, each copy being equally authentic.

H.E. JOSÉ MANUEL AVELINO
BY PINA DELGADO

*President of the Constitutional Tribunal
of Capo Verde*

President
of the Conference of Constitutional
Jurisdictions of the Portuguese-speaking
Countries
CJCPLP

H.E Luke MALABA

Chief Justice of Zimbabwe

President
of the Conference Constitutional
Jurisdictions of Africa
CJCA

مؤتمر المحاكم الدستورية للبلدان

الناطقة بالبرتغالية

(CJCPLP)



مؤتمر الهيئات القضائية

الدستورية الإفريقية

(CJCA)



مشروع

اتفاقية تعاون بين

بين

مؤتمر الهيئات القضائية الدستورية الإفريقية

و

مؤتمر المحاكم الدستورية للبلدان الناطقة بالبرتغالية

إن مؤتمر الهيئات القضائية الدستورية الإفريقية (CJCA) ، ومؤتمر المحاكم الدستورية للبلدان الناطقة بالبرتغالية (CJCPLP) ؛

باعتبارهما منظمين متخصصين في القضاء الدستوري، الأولى على المستوى الإقليمي والثانية على المستوى اللغوي؛

واعتبارا للعلاقات التاريخية والمتنوعة التي تجمع بين الدول الأعضاء في كل منهما والتميزة بالتشبه المشترك بالحرية وبناء دولة الحق والقانون؛

ولكون المنظمتان تلتقيان في احتضانهما لهيئات دستورية تنتهي إلى فضاءين متميزين على الصعيدين الجهوي واللغوي؛

واستحضارا للمبادئ والقيم والأهداف المنصوص عليها في النظام الأساسي الخاص بكل منظمة؛

وحيث إن هدف كل منهما هو متابعة التطور الذي يعرفه القضاء الدستوري سواء على المستوى الجهوي على اختلاف لغاته، أو على المستوى الدولي؛

وبالنظر إلى أهمية القضاء الدستوري في بناء دولة الحق والقانون وتعزيز الديمقراطية والحكمة الرشيدة وحماية حقوق الإنسان؛

ووعيا منهما بأهمية التعاون وتقاسم الخبرات في مجال القضاء الدستوري، وتعزيز روابط الصداقة بين المحاكم والمجالس الدستورية للدول الأعضاء، بقصد تعميق مفهوم الدستورية، خاصة من أجل ضمان حماية الحقوق والحريات العامة وإغناء المعارف في هذا المجال؛

اتفقا على ما يلي:

المادة 1

1. يعتبر هذا الاتفاق إطارا للتشاور والتعاون والتنسيق بين مؤتمر الهيئات القضائية الدستورية الإفريقية من جهة، ومؤتمر المحاكم الدستورية للبلدان الناطقة بالبرتغالية من جهة أخرى، المشار إليهما فيما بعد باسم "الطرفين".
2. على الرغم من المصطلحات المستخدمة في النص بأكمله، فإن هذه الاتفاقية لا تخلق حقوقاً والتزامات قانونية للموقعين عليها.
3. أي عبء مالي ينشأ عن تنفيذ هذه الاتفاقية يجب أن يتم التفاوض عليه من قبل الموقعين.

المادة 2

يرتكز التعاون بين الطرفين في المجالات التالية:

- تشجيع التعاون بين الهيئات القضائية الدستورية للدول الأعضاء بالمنظمتين، عبر تقاسم المعارف وتبادل الخبرات والوثائق والمعلومات؛
 - تطوير البحوث والدراسات القانونية المرتبطة بمراقبة دستورية القوانين، ولاسيما تلك المتصلة بحقوق الانسان وإقامة دولة القانون؛
 - التنظيم المشترك للملتقيات العلمية حول مواضيع يتم اختيارها باتفاق بين الطرفين؛
 - توجيه الدعوات من كلا الطرفين للحضور أو المشاركة في أشغال المؤتمرات والاجتماعات ذات الطابع العلمي؛
- يمكن للطرفين تنظيم أنشطة تعاون أخرى بالاتفاق المشترك بينهما.

المادة 3

يعمل الطرفان على التشاور فيما بينهما بشأن القضايا ذات الاهتمام المشترك، والتي تمت مناقشتها داخل إطار جهوي أو لغوي خاص بالقضاء الدستوري.

المادة 4

- تدخل هذه الاتفاقية حيز النفاذ بمجرد التوقيع عليها من لدن الطرفين، وينتهي العمل بها بعد ثلاثة أشهر من تاريخ فسخها كتابة من قبل أحد الطرفين؛
- يمكن تعديل هذه الاتفاقية بناء على موافقة الطرفين؛
- في حالة فسخ هذه الاتفاقية، تظل أنشطة التعاون التي كان قد تم الشروع فيها، قائمة إلى غاية انتهائها.

لأجل ذلك، تم التوقيع على اتفاقية التعاون هذه في شلالات فيكتوريا بتاريخ الأول نوفمبر 2024 في نسختين أصليتين، باللغات الإنجليزية والعربية والفرنسية والبرتغالية، تكون لها نفس الحجية.



سعادة السيد لوكي مالابا

سعادة السيد جوسي مانويل أفيلينو
دي بينا ديلكادو



رئيس مؤتمر المحاكم الدستورية
للبلدان الناطقة بالبرتغالية

رئيس مؤتمر الهيئات القضائية
الدستورية الإفريقية